Simulado Final

TRT RJ

Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TRT-RJ (AJAJ - Oficial de Justiça Avaliador Federal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

*1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal** do **TRT-RJ**;*

2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;

3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;

*4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/Si9ir9vNHtKpuJ8o8

01 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	13 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	25 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	37 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	49 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
02 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	14 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	26 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	38 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	50 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
03 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	15 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	27 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	39 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	51 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
04 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	16 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	28 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	40 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	52 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
05 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	17 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	29 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	41 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	53 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
06 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	18 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	30 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	42 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	54 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
07 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	19 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	31 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	43 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	55 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
08 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	20 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	32 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	44 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	56 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
09 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	21 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	33 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	45 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	57 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
10 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	22 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	34 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	46 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	58 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
11 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	23 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	35 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	47 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	59 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
12 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	24 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	36 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	48 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	60 - Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

https://coruja.page.link/pufY

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Luís Felipe

TEXTO

Creio que muito de nossa insistência, enquanto professoras e professores, em que os estudantes "leiam", num semestre, um sem-número de capítulos de livros, reside na compreensão errônea que às vezes temos do ato de ler. Em minha andarilhagem pelo mundo, não foram poucas as vezes em que jovens estudantes me falaram de sua luta às voltas com extensas bibliografias a serem muito mais "devoradas" do que realmente lidas ou estudadas. Verdadeiras "lições de leitura", no sentido mais tradicional desta expressão, a que se achavam submetidos em nome de sua formação científica e de que deviam prestar contas por meio do famoso controle de leitura. Em algumas vezes cheguei mesmo a ler, em relações bibliográficas, indicações em torno de que páginas deste ou daquele capítulo de tal ou qual livro deveriam ser lidas: "da página 15 à 37".

A insistência na quantidade de leituras sem o devido adentramento nos textos a serem compreendidos, e não mecanicamente memorizados, revela uma visão mágica da palavra escrita. Visão que urge ser superada. A mesma, ainda que encarnada desde outro ângulo, que se encontra, por exemplo, em quem escreve, quando identifica a possível qualidade de seu trabalho, ou não, com a quantidade de páginas escritas.

Paulo Freire. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989, p. 12 (com adaptações).

1. De acordo com o texto, o autor critica:

a) A ausência de bibliografias nos cursos superiores.

b) O desprezo dos alunos pela leitura de textos acadêmicos.

c) A exigência de leitura de muitos textos sem uma verdadeira compreensão.

d) A qualidade dos livros indicados nos cursos universitários.

e) O controle de frequência nas aulas de leitura.

2. Segundo o autor, a leitura deve ser entendida como:

a) Um instrumento de controle acadêmico sobre os alunos.

b) Uma prática suficiente em si, independentemente da compreensão.

c) Um processo de memorização e repetição de conteúdos.

d) Uma atividade que se mede pela quantidade de páginas lidas.

e) Uma experiência de compreensão profunda e crítica dos textos.

3. Assinale a alternativa em que as normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas:

a) Era necessários ajustes imediatos na proposta apresentada.

b) Bastaram-lhe poucas palavras para convencer os presentes.

c) Existem, na lista, apenas um item pendente.

d) Havia ocorrido incidentes antes da reunião, mas não foram relatados.

e) Devia os representantes manifestarem-se com clareza.

4. Transpondo-se para a voz passiva a oração "A médica explicará os procedimentos aos pacientes", a forma verbal resultante será:

a) seriam explicados

b) foram explicados

c) têm sido explicados

d) serão explicados

e) estava explicando

5. Assinale a alternativa cuja pontuação segue rigorosamente as regras da norma culta:

a) Mesmo diante das críticas o autor, manteve sua postura original.

b) Há nos objetos antigos, uma espécie de alma, invisível ao olhar apressado.

c) O autor demonstra, em suas palavras uma nostalgia contida, mas intensa.

d) São poucos os leitores que, de fato, percebem a delicadeza do texto.

e) O cronista, descreve com ironia os sentimentos escondidos nas ações mais simples.

6. Assinale a alternativa em que todas as palavras recebem acento gráfico pela mesma regra gramatical:

a) pé, amém, troféu, café

b) lâmpada, público, gráfico, tímido

c) herói, parabéns, troféus, réptil

d) júri, hífen, vírus, árvore

e) até, você, sofá, tênis

7. Em qual das alternativas ocorre personificação, figura que atribui comportamento humano a entidades não humanas?

a) O vento frio soprava entre as frestas da janela.

b) A esperança bateu à porta do jovem sonhador.

c) As folhas caíam lentamente sobre o chão úmido.

d) A cidade parecia mais vazia naquele feriado.

e) A chuva incessante molhava as calçadas.

8. Assinale a alternativa que pode substituir o termo destacado sem alterar o sentido da frase:

O autor foi bastante criticado, <u>embora</u> sua obra tenha sido amplamente lida e estudada.

a) como

b) ainda que

c) então

d) quando

e) porquanto

9. Entre os atributos da redação oficial elencados pelo Manual de Redação da Presidência da República, destaca-se:

a) a subjetividade.

b) a criatividade.

c) a impessoalidade.

d) a formalidade excessiva.

e) o uso de expressões regionais.

10. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de elipse como mecanismo de coesão, conforme descrito no Manual de Redação da Presidência da República:

a) O diretor comunicou sua decisão e, imediatamente, os subordinados acataram-na com entusiasmo.

b) As propostas foram discutidas em reunião e aprovadas.

c) A servidora entregou o relatório final; a estagiária, o questionário de avaliação.

d) O Ministro foi recebido com honras; o Embaixador, igualmente.

e) Os pareceres não foram enviados.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

11. Considere a sentença "Se a saia é roxa e a blusa é marrom, então o sapato é rosa".

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

a) A saia não é roxa ou a blusa não é marrom ou o sapato é rosa.

b) Se o sapato é rosa, então a saia é roxa e a blusa é marrom.

c) Se a saia não é roxa e a blusa não é marrom, então o sapato não é rosa.

d) A saia é roxa e a blusa é marrom e o sapato não é rosa.

e) Se o sapato não é rosa, então a saia não é roxa e a blusa não é marrom.

12. Se não é verdade que "Se o Brasil não acaba com a inflação então a inflação acaba com o Brasil".

Logo, é verdade que:

a) O Brasil não acaba com a inflação e a inflação não acaba com o Brasil.

b) O Brasil acaba com a inflação e a inflação não acaba com o Brasil.

c) O Brasil acaba com a inflação e a inflação acaba com o Brasil.

d) O Brasil não acaba com a inflação ou a inflação não acaba com o Brasil.

e) O Brasil não acaba com a inflação ou a inflação acaba com o Brasil.

13. Quatro meninas têm 11, 7, 5 e 9 bonecas cada uma. Foram feitas algumas afirmações:

− Ana: Eu tenho 5 bonecas;

− Bia: Eu tenho 11 bonecas;

− Carla: Ana tem 9 bonecas;

− Duda: Eu tenho 9 bonecas.

Se apenas uma das meninas mentiu, tendo as outras dito a verdade, então concluímos que a soma do número de bonecas de Ana, Bia e Carla é igual a

a) 22.

b) 25.

c) 21.

d) 27.

e) 23.

14. Considere os números m = 20, n = 30 E p = 40.

Vamos supor que o número m aumente 40%, o número n diminua 10% e o número p diminua 30%.

Sendo M, N e P os novos valores, respectivamente, de m, n e p, concluímos que:

a) P < N < M.

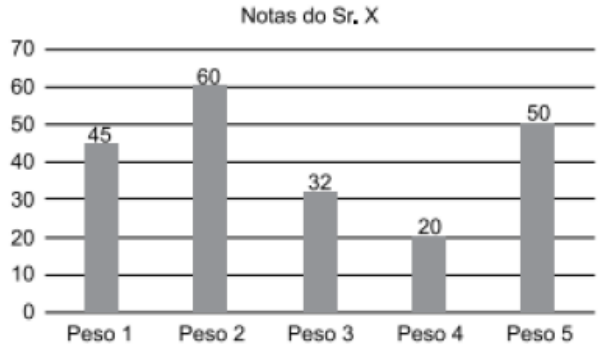
b) P < M < N.

c) N < M = P.

d) M = P < N.

e) M < N < P

15. O gráfico abaixo mostra as cinco notas do Sr. X e os respectivos pesos atribuídos a cada uma das provas.



Para ser aprovado, o Sr. X precisava que sua média aritmética ponderada por esses pesos fosse maior ou igual a 48 pontos. Com essas notas, o Sr. X não foi aprovado e sua média ficou abaixo de 48, em uma quantidade de pontos igual a

a) 6,6.

b) 7,9.

c) 8,6.

d) 9,5.

e) 10,8.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

16. A Resolução CNJ nº 550/2024 alterou a Resolução CNJ nº 400/2021, que estabelece a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável (PLS). Sobre a Resolução CNJ nº 550/2024, julgue a assertiva correta.

a) Os resultados mensais alcançados pelo órgão referentes aos indicadores de desempenho da sustentabilidade devem ser inseridos no PLS-Jud até o dia 28 do mês subsequente ao mês-base.

b) A alimentação do PLS-Jud cabe ao responsável designado pelo respectivo órgão do poder judiciário, que deve atestar a confiabilidade dos dados repassados.

c) O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário também é composto pelo Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), que compreende a criação de um indicador sintético capaz de avaliar o resultado combinado de várias dimensões distintas, de acordo com metodologia estabelecida pelo STF.

d) Uma das competências da Unidade de Sustentabilidade é a de fomentar ações, com o apoio da Comissão Gestora do PLS e em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, que estimulem as emissões de gases de efeito estufa no âmbito do órgão do Poder Judiciário.

e) Os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho do PLS e às ações do plano de ações devem ser avaliados pela Comissão Gestora do PLS, pelo menos uma vez a cada dois anos.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES

Tiago Zanolla

17. Renato, Analista do TRT da 1ª Região, exerce função comissionada de natureza gerencial. Durante a organização de um evento institucional, foi convidado para participar como palestrante em um congresso promovido por uma empresa que presta serviços ao Tribunal. A empresa ofereceu hospedagem e custeio das passagens. Renato aceitou a proposta, não informou à Administração e proferiu palestra em nome do Tribunal. Posteriormente, ainda sob a mesma função, manifestou-se publicamente, em rede social, sobre a atuação funcional de um servidor da unidade sob sua chefia direta, criticando sua postura com base em fatos internos.

À luz do Código de Ética do TRT da 1ª Região, assinale a alternativa correta:

a) Renato não violou norma ética, pois o convite e a manifestação se deram fora do horário de expediente.

b) Renato poderia ter aceitado os benefícios da empresa, desde que registrasse apenas a viagem no sistema do Tribunal.

c) Renato cometeu infrações éticas ao não declarar conflito de interesses e ao opinar publicamente sobre servidor sob sua chefia.

d) A manifestação pública de Renato é lícita, pois refere-se a servidor da mesma instituição, sem exposição externa do conteúdo.

e) A participação de Renato no evento não constitui infração, por se tratar de convite institucional com tema técnico.

18. Concluído o processo ético-disciplinar instaurado contra o servidor Cláudio, o Subcomitê de Ética sugeriu a aplicação da penalidade de censura ética por violação aos deveres funcionais. Após o trânsito recursal, a penalidade foi registrada nos assentamentos funcionais. Dois anos depois, Cláudio foi indicado para ocupar cargo em comissão, ocasião em que a Secretaria de Gestão de Pessoas detectou o registro da penalidade. À luz do Código de Ética e da Resolução Administrativa nº 11/2022, com alterações pela Resolução nº 10/2023, é correto afirmar que:

a) O registro da censura ética deve ser imediatamente cancelado, pois transcorridos mais de doze meses da decisão.

b) A indicação ao cargo em comissão deverá ser automaticamente anulada, pois há vedação legal expressa em caso de registro ativo de censura ética.

c) A Secretaria agiu corretamente ao considerar o registro nos procedimentos relativos à nomeação, ainda que a penalidade não impeça, por si só, a designação.

d) O registro da penalidade é público e impede o servidor de concorrer a qualquer função gratificada até sua exclusão automática após cinco anos.

e) O cancelamento do registro depende de solicitação do servidor e decisão do Subcomitê, independentemente de nova infração.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

19. Durante reunião administrativa no TRT da 1ª Região, surgiu controvérsia quanto à competência para julgamento de processo disciplinar envolvendo juiz substituto e, também, sobre a responsabilidade institucional na deliberação quanto à aquisição de vitaliciedade ao fim do biênio. À luz do Regimento Interno do Tribunal, é correto afirmar que:

a) Compete à Presidência do Tribunal processar e julgar o juiz substituto em matéria disciplinar, cabendo ao Tribunal Pleno apenas decidir sobre sua vitaliciedade.

b) A deliberação sobre a exoneração ou aquisição de vitaliciedade do juiz substituto é privativa da Corregedoria Regional.

c) O Tribunal Pleno detém competência tanto para julgar penalidades disciplinares quanto para deliberar sobre vitaliciedade de juízes substitutos, exigindo maioria qualificada.

d) Compete ao Tribunal Pleno, por maioria absoluta e motivação expressa, deliberar sobre a vitaliciedade de juízes substitutos, além de julgar processos disciplinares.

e) A aquisição da vitaliciedade é automática após dois anos de exercício, cabendo ao Tribunal Pleno apenas homologá-la.

20. Durante sessão de julgamento em Turma do TRT da 1ª Região, houve empate na votação e designação de nova data para prosseguimento. Concluído o julgamento, foi designado como redator do acórdão o magistrado cujo voto divergia do relator, mas que prevaleceu. Considerando o disposto no Regimento Interno, é correto afirmar:

a) O relator originário deverá redigir o acórdão mesmo que seu voto tenha sido vencido, pois é quem detém o controle do feito.

b) O relator vencido redigirá o acórdão apenas se tiver sido o primeiro a votar, ainda que seu entendimento não tenha prevalecido.

c) O acórdão deverá ser redigido pelo magistrado cujo voto tiver prevalecido, cabendo ao relator vencido fornecer o relatório.

d) O redator deverá ser o magistrado que tiver formulado pedido de vista na sessão anterior, independentemente de voto vencedor.

e) O acórdão será obrigatoriamente redigido pelo revisor, mesmo que este tenha sido vencido juntamente com o relator.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

21. A partir do que define a Constituição Federal de 1988, quando internalizados, os Tratados sobre Direitos Humanos podem assumir

a) "status" de norma supraconstitucional quando aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos membros da Câmara dos Deputados.

b) posição de lei complementar, estando acima dos demais tratados que têm natureza de leis ordinárias.

c) natureza de normas constitucionais uma vez que sejam aprovados, pelas duas Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

d) o mesmo patamar das normas constitucionais, bastando que sejam assinados pelo Presidente da República, momento em que terá início a vinculação do estado brasileiro perante a comunidade internacional.

e) "status" de leis ordinárias, sempre que forem aprovados, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, por três quintos dos votos dos membros, em turno único de votação.

22. De acordo com a Resolução CNJ nº 492/2023, o responsável pela elaboração de estudos, análise de cenários, diálogo com os tribunais e proposições concretas para a ampliação da representação feminina junto ao Poder Judiciário será:

a) O Conselho Nacional de Justiça, na figura do Conselheiro

b) O Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero, apenas

c) O Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário

d) O Juiz ou Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça

e) A Ordem dos Advogados do Brasil

23. Nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, assinale a alternativa que não corresponde a um dos direitos por ela albergados.

a) Direito ao respeito à integridade psíquica e moral.

b) Direito de não ser condenado a trabalhos forçados, como aqueles que decorrem de situação de calamidade que ameace a existência ou o bem-estar da comunidade.

c) Direito de não ser condenado à pena mais grave do que aquela aplicável no momento da perpetração do delito.

d) O direito que têm os pais de que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções.

e) O direito de retificação ou resposta quando se é atingido por informações inexatas ou ofensivas.

24. Sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, julgue os itens a seguir.

I. Discriminação por motivo de deficiência é compreendida como sendo qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável.

II. Os Estados Partes reconhecem que as mulheres e meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e tomarão medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço e o empoderamento das mulheres.

III. Para fomentar o direito à educação, os Estados Partes deverão tomar medidas que incluem a Facilitação do aprendizado do braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares.

Dentre os itens acima está (ao) correto (s):

a) Apenas o I

b) I e III

c) I e II

d) II e III

e) I, II e III

25. Os direitos humanos são os direitos mínimos à vida com dignidade. Quanto aos direitos que dependem de prestações positivas por parte do Estado soberano, tem-se que os mesmos pertencem à:

a) Primeira geração de direitos humanos.

b) Segunda geração de direitos humanos.

c) Terceira geração de direitos humanos.

d) Quarta geração de direitos humanos.

e) Quinta geração de direitos humanos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

26. No Windows 10 temos uma funcionalidade responsável por realizar o controle de envio das notificações, podendo o usuário definir períodos em que não deseja ser interrompido. Essa funcionalidade é:

a) Windows Defender

b) Limpeza de Disco.

c) Assistente de Foco.

d) Cortana

e) Vídeo

27. Nas letras abaixo temos várias funcionalidades executadas pela Agenda do Google, exceto:

a) Adicionar notificações a eventos

b) Criar eventos com múltiplos participantes

c) Criar páginas compartilháveis em que as pessoas podem agendar horários com você.

d) Realizar upload de arquivos na nuvem.

e) Exibe datas comemorativas e feriados nacionais marcados.

28. Sobre o Google Meet responda:

a) Permite apenas a criação de reuniões instantâneas

b) Limita a quantidade de participantes a 25 por reunião

c) Permite agendar uma reunião na Google Agenda integrada

d) Todos os participantes sempre podem usar o microfone

e) Não há a possibilidade de estabelecer um usuário como moderador.

29. Qual dos recursos do Word, listados abaixo, é o que permite a quebra correta de palavras, fazendo com que o espaçamento do texto fique mais uniforme e haja economia de espaço no documento:

a) Alinhamento Justificado.

b) Controle de Alterações

c) Hifenização.

d) Recuos

e) Espaçamento.

30. O SSL é um certificado digital que garante a transmissão de dados criptografados em uma rede. Um protocolo que o utiliza é:

a) STMP

b) HTTPS

c) HTTP

d) IMAP

e) FTP

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

31. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta:

a) O controle concentrado de constitucionalidade é realizado exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal através das ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade.

b) No controle difuso, cabe ao Congresso Nacional suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em decisão com efeitos vinculantes.

c) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão pode ser proposta para questionar a omissão do Poder Público em relação à implementação de normas constitucionais.

d) O controle de constitucionalidade preventivo deve ser exercido exclusivamente pelo Presidente da República ao vetar projetos de lei que considere inconstitucionais.

e) No Brasil, qualquer cidadão tem legitimidade ativa para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

32. Em relação aos direitos, aos deveres e às garantias fundamentais, assinale a opção correta.

a) O direito à educação antes dos 5 anos de idade é direito fundamental condicionado à reserva do possível.

b) O direito ao esquecimento é direito fundamental implícito no direito à intimidade e à vida privada.

c) É ilegítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica.

d) É inconstitucional a cobrança de taxa para a emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada.

e) A publicação de informações, ainda que falsas, em veículos de comunicação social está assegurada pela liberdade de imprensa.

33. Durante uma audiência pública na Câmara dos Deputados, um especialista em finanças públicas foi questionado sobre o papel do Tribunal de Contas da União (TCU) no controle da Administração Pública federal. Em sua resposta, afirmou que o TCU tem competência para realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, mas que suas decisões têm sempre caráter meramente opinativo, sem força vinculante.

À luz da Constituição Federal, a afirmação do especialista está:

a) correta, pois o Tribunal de Contas é apenas um órgão auxiliar do Legislativo e não pode exercer função decisória.

b) correta, pois cabe exclusivamente ao Poder Judiciário julgar contas públicas e aplicar sanções.

c) incorreta, pois o TCU pode, sim, aplicar sanções administrativas, como multa, e determinar a correção de ilegalidades.

d) incorreta, pois o TCU exerce controle externo com caráter jurisdicional, substituindo a atuação do Judiciário.

e) incorreta, pois o TCU apenas opina sobre as contas do Presidente da República, mas não tem competência para julgar as dos demais administradores públicos.

34. Carlos, 40 anos de idade, é advogado com quinze anos de efetiva atividade profissional. Gabriela, 60 anos de idade, é membro do Ministério Público do Trabalho com 30 anos de efetivo exercício. Roberto, 45 anos de idade, é membro do Ministério Público Federal com 20 anos de efetivo exercício. Carlos, Gabriela e Roberto, todos residentes e atuantes no Rio de Janeiro, possuem notável saber jurídico e reputação ilibada. Levando-se em conta apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região poderia vir a ser composto por:

a) Gabriela e Roberto, apenas.

b) Carlos e Gabriela, apenas.

c) Carlos, apenas.

d) Roberto, apenas.

e) Carlos, Gabriela e Roberto.

35. Maria e Carlos são vizinhos confrontantes em um bairro residencial e têm problemas frequentes devido ao barulho gerado por uma oficina que Carlos administra em sua propriedade. Sendo uma área predominantemente residencial, Maria está preocupada com a possibilidade de desvalorização do seu imóvel, que é de alto luxo, dada as suas excelentes condições financeiras, além do incômodo diário. Ao conversar com os demais vizinhos, eles informaram que o barulho produzido na oficina não chega a perturbá-los. Decidida a resolver a situação, Maria considera a possibilidade de mover uma ação contra Carlos para cessar as atividades da oficina.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

a) Maria deve procurar um juiz de paz para resolver a questão, pois este tipo de conflito não pode ser judicializado.

b) Por se tratar de questões relativas à poluição sonora, de interesse difuso, Maria pode recorrer diretamente ao Ministério Público para mover a ação.

c) Maria precisa de um advogado ou de acesso à Defensoria Pública para ajuizar uma ação de obrigação de fazer ou não fazer.

d) por se tratar de interesse privado e em razão da situação pessoal de Maria, ela precisa de um advogado para o ajuizamento da ação, não de um Defensor Público.

e) por dizer respeito ao direito de propriedade, que tem a natureza de direito fundamental, a ação pode ser ajuizada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

36. Luana foi aprovada em concurso público e contratada como empregada pública por uma empresa estatal. Após 4 anos de serviço, recebeu comunicado de sua dispensa sem qualquer fundamentação e sem concessão de contraditório e ampla defesa. Inconformada, ajuizou ação questionando a legalidade da demissão. Com base no entendimento atual do STF, é correto afirmar que:

a) a dispensa é válida, pois a Administração tem discricionariedade absoluta sobre os contratos celetistas, dispensando-se a motivação, em analogia à dispensa de servidores comissionados.

b) não há obrigatoriedade de motivação, salvo nos contratos de experiência.

c) a motivação é obrigatória, devendo a motivação ser enquadrada nas hipóteses de justa causa.

d) a dispensa deve ser motivada, mas não há necessidade de processo administrativo com contraditório.

e) a dispensa é ilegal, exigindo-se a motivação, após instauração de processo administrativo.

37. Determinado prefeito contratou, por inexigibilidade de licitação, um escritório para representar o município em causas tributárias. O Tribunal de Contas questionou a validade da contratação. Com base na jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

a) a contratação direta é válida, desde que o escritório tenha experiência mínima de cinco anos e o preço seja compatível com os valores médios em situações similares.

b) a inexigibilidade é admitida sempre que o serviço for técnico.

c) para ser regular, além da comprovação dos requisitos legais, o poder público deverá comprovar a inadequação da prestação do serviço pela advocacia pública e a cobrança de preço compatível.

d) qualquer contratação de serviços advocatícios pode prescindir de licitação.

e) inexigibilidade não se aplica caso o poder público ofereça a prestação de serviços jurídicos por procuradoria própria.

38. Durante fiscalização, constatou-se que a empresa terceirizada responsável pela limpeza do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro não havia pagado os salários de seus empregados. Os trabalhadores ajuizaram ação cobrando da Administração o pagamento. Com base no entendimento mais recente do STF, é correto afirmar:

a) a Administração responde automaticamente por inadimplemento da empresa terceirizada.

b) a responsabilidade subsidiária do Estado exige comprovação de falha na fiscalização contratual, cabendo o ônus da prova ao autor da ação.

c) a simples existência de contrato terceirizado gera responsabilidade objetiva da Administração.

d) a Administração responde solidariamente por todos os débitos trabalhistas da contratada.

e) a responsabilidade subsidiária do Estado decorre da inadimplência nos contratos de terceirização, cabendo ao poder público o ônus de provar a regular fiscalização.

39. O servidor público João foi designado para atuar em um processo administrativo instaurado contra uma empresa prestadora de serviços públicos. Após o início do processo, descobriu-se que João já atuou como perito no mesmo processo. Diante dessa situação, considerando as disposições da Lei 9.784/99, assinale a alternativa correta:

a) João não está impedido de atuar no processo administrativo, pois a atuação prévia como perito configura apenas suspeição, que deve ser arguida pela parte interessada.

b) a atuação anterior de João como perito gera impedimento, sendo que a omissão de João do dever de comunicar o impedimento constitui falta disciplinar média.

c) João deve comunicar imediatamente o seu impedimento à autoridade competente, abstendo-se de atuar no processo administrativo.

d) a omissão de João em comunicar seu impedimento não gera qualquer consequência disciplinar, pois a comunicação é uma faculdade do servidor.

e) se fosse o caso de suspeição, o indeferimento de eventual alegação teria efeito suspensivo, até que o recurso fosse apreciado pela autoridade competente.

40. O servidor público Pedro foi notificado por sua chefia imediata acerca da detecção de acumulação ilícita de cargos públicos. Após transcorridos dez dias sem manifestação por parte de Pedro, a Administração decidiu instaurar procedimento sumário para apuração da irregularidade. Durante o procedimento, a comissão lavrou o termo de indiciação, garantindo a Pedro o prazo para apresentação de defesa escrita. Com base na Lei 8.112/90, assinale a alternativa correta:

a) o procedimento sumário é cabível apenas para apurar abandono de cargo e inassiduidade habitual, não sendo aplicável à acumulação ilícita de cargos.

b) a comissão que conduz o procedimento sumário deve ser composta por três servidores estáveis, nomeados por meio de publicação do ato constitutivo.

c) caso o servidor não apresente defesa no prazo de dez dias após a notificação, o procedimento sumário será arquivado por ausência de manifestação.

d) a comissão responsável pelo procedimento sumário teria até cinco dias após sua constituição para lavrar o termo de indiciação e notificar o servidor.

e) a fase de instrução sumária compreende indiciação, defesa e relatório, conforme previsto na legislação.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

41. Tomando por base os entendimentos consolidados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o regramento constitucional acerca da contratação de empregados públicos, assinale a alternativa correta:

a) a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público, seja de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, regra que não se aplica à contratação de empregados públicos celetistas.

b) a contratação de servidor sem prévia aprovação em concurso público, a despeito de inconstitucional, assegura a manutenção do vínculo empregatício, por força do princípio da continuidade da relação de emprego.

c) a contratação de servidor público sem prévia aprovação em concurso público, a despeito de inconstitucional, assegura o direito ao pagamento da contraprestação pactuada, do aviso prévio, da gratificação natalina proporcional e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

d) apesar de a contratação de empregado público sem concurso ser considerada inconstitucional, havendo a privatização da empresa estatal, o contrato de trabalho pode ser convalidado.

e) a contratação de empregado público sem concurso padece de vício insanável, não se admitindo sanatória, em qualquer hipótese.

42. Considerando os entendimentos vinculantes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a alternativa INCORRETA:

a) Nos casos em que o empregado ajuíza reclamação trabalhista pretendendo a percepção de parcelas relativas ao FGTS e à respectiva multa, os valores devem ser depositados em conta vinculada, não podendo ser pagos diretamente ao trabalhador.

b) A irregularidade no recolhimento dos depósitos de FGTS é falta com gravidade suficiente para configurar a rescisão indireta do contrato de trabalho.

c) A ausência de anotação da Carteira de Trabalho do empregado não gera, por si só, dano moral presumido, sendo necessária a comprovação de constrangimento ou prejuízo sofrido pelo trabalhador em seu patrimônio imaterial.

d) A validade do pedido de demissão da empregada gestante está condicionada à assistência do sindicato profissional ou da autoridade local competente.

e) Nos casos de inadimplência ou cancelamento da compra pelo cliente, o empregador está legalmente autorizado a estornar as comissões do empregado.

43. Acerca dos entendimentos consolidados do TST a respeito do trabalho noturno, julgue os itens abaixo:

I. Os trabalhadores nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação do petróleo não têm direito à hora noturna reduzida.

II. Em decorrência da igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso, os trabalhadores portuários, ainda que regidos por lei específica, também têm direito à hora noturna reduzida (ficta).

III. Os vigias que laboram em período noturno, assim como os trabalhadores em turnos ininterruptos de revezamento, fazem jus à hora ficta.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I.

b) I e III.

c) I e II.

d) III.

e) II e III.

44. Assinale, à luz das regras celetistas, a circunstância que NÃO impede a efetivação de equiparação salarial:

a) existência de pessoal organizado em quadro de carreira não homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

b) diferença de tempo na função de 3 anos entre o reclamante e o empregado paradigma.

c) diferença de tempo no emprego de menos de 4 anos em relação ao empregado paradigma.

d) paradigma em readaptação funcional por motivo de deficiência mental.

e) ausência de contemporaneidade no exercício das funções.

45. Analise as assertivas relativamente ao direito de greve:

I. É possível a realização de greve em atividades essenciais, embora se exija o pré-aviso do movimento paredista com antecedência mínima de 72 horas.

II. A realização da greve somente poderá ocorrer quando deliberada pelo conselheiro-geral do sindicato.

III. Em regra, é vedada a contratação de trabalhadores substitutos, exceto quando não forem assegurados os serviços cuja paralisação resulte em prejuízo irreparável, hipótese em que é autorizada a contratação de trabalhadores temporários.

IV. É abusiva a greve levada a efeito sem que as partes hajam tentado, ainda que indiretamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto.

Estão corretos APENAS os itens:

a) I e III.

b) I e IV.

c) II, III e IV.

d) III e IV.

e) II e IV.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

46. Jorge, contador autônomo, prestando serviços em sua própria empresa de contabilidade, compareceu na audiência representando sua cliente, a Empresa Amor Perfeito S/A, acompanhado do advogado da reclamada, sendo que a Carta de Preposição, a Procuração e a Defesa já estavam devidamente juntadas aos autos. Neste caso, de acordo com a CLT, alterada pela Lei n°13.467/2017 e o entendimento sumulado do TST,

a) a juntada de Carta de Preposição, Procuração e a Defesa, por si só, elide os efeitos da revelia e da confissão quanto à matéria de fato.

b) a reclamada, por ser Sociedade Anônima, não está devidamente representada, uma vez que o preposto, neste caso, deveria ser seu empregado.

c) a reclamada está devidamente representada, uma vez que o preposto não precisa ser seu empregado.

d) Jorge deveria ter conhecimento dos fatos para ser preposto, sendo que trabalhando em escritório próprio, presume-se que não possui condições de representar a empresa.

e) Jorge deveria ser empregado da empresa, considerando-se ausente a reclamada, devendo ser excluídos ou desconsiderados a contestação e os documentos apresentados.

47. Analisando o normativo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho quanto à nomeação de advogado com poderes para o foro em geral na Justiça do Trabalho,

a) dá-se pela juntada prévia de instrumento de procuração, com firma devidamente reconhecida.

b) a nomeação poderá ser efetivada mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.

c) apenas o trabalhador poderá reclamar sem a presença de advogado, uma vez que o princípio do jus postulandi somente se aplica à parte hipossuficiente.

d) o advogado pode atuar sem que lhe sejam exigidos poderes outorgados pela parte, em razão da previsão legal do jus postulandi.

e) nos dissídios coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado constituído necessariamente por instrumento de mandato, com firma devidamente reconhecida.

48. No tocante à audiência, defesa e revelia no processo do trabalho, considere:

I. É tolerado o atraso de cinco minutos das partes no horário de comparecimento às audiências.

II. O não comparecimento do reclamado importa em revelia e a confissão quanto à matéria de fato, exceto se, havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação.

III. O não comparecimento do reclamado importa em revelia e a confissão quanto à matéria de fato, exceto se a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.

IV. Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.

Neste caso e em consonância com a CLT, alterada pela Lei n° 13.467/2017 e jurisprudência sumulada pelo TST, está correto o que consta APENAS em

a) II, III e IV.

b) I, III e IV.

c) I, II e III.

d) I, II e IV.

e) II e III.

49. A Empresa Delta, insatisfeita com a sentença que julgou parcialmente procedente na reclamação trabalhista movida por Astolfo, interpôs Recurso Ordinário no quinto dia de seu prazo. No oitavo dia, pagou e protocolizou petição juntando as guias de custas processuais e da efetivação do depósito recursal, com os valores corretos. Neste caso, e de acordo com o entendimento sumulado do TST, o Recurso Ordinário será

a) recebido, uma vez que o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, sendo que a interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.

b) considerado deserto, negado o seu recebimento, uma vez que deveria ser interposto juntamente com as guias de depósito recursal, sendo que a sua antecipação prejudica a dilação legal.

c) recebido, uma vez que a empresa não tem obrigação de comprovar o depósito recursal, por ter perdido parcialmente a demanda.

d) considerado deserto, negado o seu recebimento, pois o depósito recursal deveria ter sido realizado perante a instituição bancária no mesmo dia da interposição do recurso, mesmo que a comprovação fosse feita posteriormente.

e) recebido, pois a regra de que a interposição antecipada prejudica a dilação legal no tocante à comprovação do depósito recursal só se aplica aos Recursos de Revista.

50. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e entendimento Sumulado do TST, no ato de interposição do agravo de instrumento, em regra, e desde que não atingido o valor da condenação,

a) não é exigido depósito recursal.

b) o depósito recursal corresponderá a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

c) o depósito recursal corresponderá a 30% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

d) o depósito recursal corresponderá a 60% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

e) somente será devido o depósito recursal se tratar de procedimento ordinário, sendo este correspondente a 25% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

51. Assinale a alternativa correta acerca dos direitos da personalidade

a) Os direitos da personalidade são absolutos, indisponíveis e irrenunciáveis, não podendo ser limitados nem mesmo por vontade do titular.

b) A proteção aos direitos da personalidade cessa com a morte do titular, sendo vedado aos familiares pleitear sua tutela após o óbito.

c) A disposição gratuita do próprio corpo para fins científicos ou altruísticos é admitida, mas sua revogação exige justificativa fundamentada.

d) O exercício dos direitos da personalidade pode ser voluntariamente limitado, desde que a restrição seja específica e temporária.

e) A reparação por danos aos direitos da personalidade exige demonstração de prejuízo concreto e efetivo, não sendo presumida.

52. Assinale a alternativa correta acerca das invalidades dos negócios jurídicos

a) O negócio jurídico é anulável quando celebrado por absolutamente incapaz, sendo possível sua confirmação após cessada a incapacidade.

b) A simulação, ainda que inocente, não acarreta a nulidade do negócio jurídico, desde que não cause prejuízo a terceiros.

c) A nulidade pode ser alegada por qualquer interessado ou reconhecida de ofício pelo juiz, independentemente de provocação da parte.

d) O prazo para pleitear a declaração de nulidade do negócio jurídico é de quatro anos, contados da data do ato.

e) O negócio jurídico nulo pode ser convalidado pelas partes se for cumprido voluntariamente por ambas, ainda que contenha vício de forma.

53. Julgue as assertivas a seguir, relativas aos vícios redibitórios e depois assinale a alternativa correta

I. São vícios redibitórios os defeitos ocultos que tornam a coisa imprestável ao uso a que se destina, ou lhe diminuem o valor, desde que preexistentes à celebração do contrato.

II. O adquirente de boa-fé pode optar entre redibir o contrato, com devolução da coisa e reembolso do valor pago, ou abatê-lo proporcionalmente, salvo se o alienante provar desconhecimento do vício.

III. A garantia contra vícios redibitórios subsiste ainda que a coisa seja alienada em hasta pública, pois o adquirente não perde a proteção legal.

IV. Nos vícios ocultos, o prazo decadencial é de 30 dias para bens móveis e 1 ano para bens imóveis, contados do momento da entrega efetiva da coisa.

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

e) Todas as assertivas estão corretas.

54. Julgue as assertivas abaixo e, ao final, assinale a alternativa correta

Julgue as assertivas abaixo e, ao final, assinale a alternativa correta

I. O proprietário de um prédio é obrigado a tolerar a passagem de cabos ou tubulações provenientes de prédio vizinho, quando de utilidade para serviços de interesse comum e público.

II. É vedada a construção de janelas ou aberturas a menos de 1,5 metro do terreno vizinho, se este ainda não tiver edificação voltada para a mesma direção.

III. O direito à passagem forçada só é reconhecido se o imóvel estiver totalmente encravado e desprovido de qualquer acesso, ainda que precário, à via pública.

IV. Aquele que fizer plantações em solo alheio com sementes próprias tem direito de ser indenizado, salvo se houver má-fé.

a) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

e) Todas as assertivas estão corretas.

55. Acerca das formas de constituição da entidade familiar, assinale a alternativa correta

a) A ausência de previsão expressa no Código Civil quanto à união estável homoafetiva impede que seus efeitos sejam equiparados aos da união estável heteroafetiva, em razão do princípio da legalidade estrita em matéria de Direito Privado.

b) A transformação da união estável homoafetiva em casamento depende de autorização judicial, por não existir regulamentação legislativa específica para tal hipótese.

c) A Constituição Federal de 1988 protege expressamente apenas as entidades familiares formadas por homem e mulher, o que afasta a possibilidade de reconhecimento jurídico da união homoafetiva como núcleo familiar legítimo.

d) Os direitos decorrentes do casamento ou da união estável, inclusive os de ordem sucessória, devem ser reconhecidos igualmente aos casais homoafetivos, com base no princípio da dignidade da pessoa humana e na vedação à discriminação por orientação sexual.

e) A união estável entre pessoas do mesmo sexo é reconhecida como entidade familiar legítima apenas no âmbito administrativo, por decisão do CNJ, sem respaldo jurisprudencial ou normativo de caráter vinculante.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

56. Considere as seguintes assertivas acerca Comunicação dos Atos Processuais no Código de Processo Civil:

I - Os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial.

II - A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação.

III - A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário.

IV - Nas comarcas contíguas de fácil comunicação e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar, em qualquer delas, citações, intimações, notificações, penhoras e quaisquer outros atos executivos.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) I e IV.

b) I, II e IV.

c) III e IV.

d) I, II, II e IV.

e) I e II.

57. Segundo o Código de Processo Civil, na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo

a) Não receberá sua parte, independentemente do resultado da ação.

b) Não receberá sua parte apenas se lhe for desfavorável.

c) Receberá sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.

d) Receberá sua parte, sem dedução das despesas, por não ter integrado a lide.

e) Receberá sua parte, com dedução das despesas integrais.

58. De acordo com o Código de Processo Civil, dependem de provas os fatos

a) Notórios.

b) Afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.

c) Admitidos no processo como incontroversos.

d) Em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

e) Conhecidos pelo juiz da causa.

59. Em determinada ação de indenização, o juiz percebeu a existência de uma nulidade em favor da parte que teria o mérito julgado a seu favor. Nessa hipótese:

a) A nulidade deverá ser pronunciada e repetidos todos os atos.

b) A nulidade deverá ser pronunciada, mas a repetição dos atos somente ocorrerá caso não haja prejuízo para a parte.

c) O juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

d) O juiz não a pronunciará, mas mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

e) Ficará a critério do juiz o pronunciamento ou não da nulidade, a depender da gravidade desta.

60. Caio não é parte de determinado processo de execução, mas sofreu constrição de veículo que está em sua posse. Para desfazer a constrição, poderá se valer de(o):

a) Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

b) Embargos à execução.

c) Embargos de terceiro.

d) Embargos de declaração.

e) Ação Possessória

Estudo de Caso

Em 5 de fevereiro de 2017, Anderson trafegava em alta velocidade pela via pública com sua motocicleta quando, perdendo controle do veículo, saiu da pista e colidiu contra a porta frontal da casa de Alcides.

A colisão não apenas destruiu a porta como também causou um abalo estrutural na fachada da casa, cujos reparos foram extremamente custosos para Alcides. Aborrecido com o acontecimento, Alcides permaneceu muito tempo recusando-se a pensar novamente no acontecido. Em 28 de janeiro de 2020, porém, aconselhado por um advogado, Alcides ingressou com uma ação judicial em face de Anderson, reclamando o prejuízo financeiro sofrido. Em 28 de maio de 2020, foi proferido, pelo juízo competente, o despacho de citação do réu, tendo a citação ocorrido em 5 de junho de 2020.

A respeito desse caso, responda aos itens a seguir.

a) A pretensão de Alcides ainda era exigível ao tempo do ajuizamento da ação? Justifique.

b) Tendo em vista a data em que foi proferido, o despacho de citação teve o efeito de interrupção do prazo prescricional em favor do autor? Justifique.

Folha de Resposta	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0